

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

GUILHERME MORAES PARRA

**O Parque Linear do Sapé no Contexto das Políticas
Ambientais do Município de São Paulo**

Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, da Universidade de São Paulo

Orientadora: Professora Dr.^a Simone Scifoni

São Paulo

2017

Resumo

O Parque Linear do Sapé no Contexto das Políticas Ambientais do Município de São Paulo. Trabalho de Graduação Individual. DG-FFLCH-USP. São Paulo, 2017.

Este trabalho visa demonstrar como se dá a concepção e execução de políticas públicas voltadas para o meio ambiente no município de São Paulo, nas últimas décadas. O papel do poder público atuando em parceria com o capital privado na produção de novos espaços na cidade. O objeto de estudo desta pesquisa é o parque linear do Sapé, localizado no distrito do Rio Pequeno na zona oeste da cidade, que passou por um processo de remoção e urbanização da favela que está às margens do córrego do Sapé, conjuntamente com a criação de um parque linear, alterando a dinâmica dos espaços e afetando diretamente a população local.

Palavras-chave: parque linear, favela do Sapé, urbanização, políticas ambientais, córrego.

SUMÁRIO

Introdução.....	4
Metodologia.....	6
1. Impressões sobre a produção do espaço na cidade de São Paulo.....	7
2. Localização da área de estudo - O Distrito do Rio Pequeno.....	13
2.1. O surgimento das favelas em São Paulo - A Favela do Sapé.....	22
3. Parques Lineares - A legislação como ponto de partida.....	26
3.1. Da concepção dos parques lineares.....	30
4. A implantação do Parque Linear do Sapé.....	34
Considerações Finais.....	48
Referências Bibliográficas.....	51

Introdução

Esta pesquisa tem como tema a construção do Parque Linear do Sapé que está localizado na zona oeste da cidade de São Paulo. Sua construção está inserida na lógica das políticas ambientais que foram formuladas a partir da criação do Plano do Diretor Estratégico do município no início deste século. Nele se previa a implantação de parques lineares como uma forma de aumentar a preservação ambiental na cidade com foco na preservação dos rios e córregos, e consequentemente, por meio da criação dos parques, proporcionar aos habitantes da cidades mais espaços de lazer e sociabilidade.

Contudo, no local da construção do parque se encontra a favela do Sapé, às margens do Córrego do Sapé. Parte dela foi removida para a construção do parque e de um conjunto de prédios de moradia popular. Porém, outra parte significativa da favela permaneceu no local sem que houvesse uma resolução.

Nessa pesquisa, buscamos compreender como essa preocupação com a preservação ambiental na cidade se dá dentro das políticas públicas desenvolvidas a partir das últimas décadas. O conflito entre o crescimento urbano, envolvendo as necessidades de moradia e os discursos que propõe a proteção da natureza, incluindo os interesses de todos os envolvidos nos projetos de intervenção na cidade (moradores, poder público e iniciativa privada).

Conforme estudado no decorrer do curso de Geografia, entendemos que na cidade de São Paulo a parceria entre o poder público e o mercado imobiliário resultou em diversas intervenções urbanísticas¹ nesse mesmo período, por meio de projetos de 'requalificação urbana' que resultaram em valorização do espaço, impactando na vida cotidiana dos habitantes e atendendo aos interesses do capital privado. No caso das políticas ambientais, os agentes do capital privado

¹ Segundo Alvarez (2012), "é sobretudo com desenvolvimento capitalista que a perspectiva de planejar cidades novas e realizar intervenções intraurbanas ganham extensão e tomam o sentido da ordenação, da normatização, controle, domínio e potência para a produção e circulação do capital".

se utilizam do discurso da preservação ambiental como uma estratégia para a valorização dos espaços urbanos, viabilizando a reprodução do capital.

A ideia desta pesquisa surgiu com a minha proximidade com o local, primeiramente, durante o início do curso de Geografia, eu comecei a trabalhar no Rio Pequeno, próximo de uma das pontas da favela do Sapé, a parte que se aproximava da Avenida do Rio Pequeno. Naquele momento já foi possível perceber o tensionamento que existia entre a população da região e a presença da favela, que era vista como um problema ambiental e de saúde por estarem a beira do córrego poluído, além da questão da segurança, pois a responsabilizavam pelo alto índice de criminalidade que existia no bairro, poucos queriam passar perto da favela, pois sabiam que existiam pontos de venda de drogas e de toda a violência que era decorrente disso.

Dois anos depois eu passei a morar no bairro, razoavelmente perto da favela, e essa impressão negativa que as pessoas tinham da favela se mantinha, mesmo depois das obras de implantação do parque linear, que não resultaram em muitas mudanças significativas, pois a favela se mantinha e os problemas socioambientais resultantes desse processo caótico de urbanização da cidade também. Foi neste momento que eu percebi que a construção do parque e a remoção de parte da favela seria um objeto de estudo interessante que se relacionaria com muita coisa que eu estava estudando na faculdade, os movimentos do urbano, principalmente relacionados com os temas estudados nas disciplinas de geografia urbana.

Durante o percurso realizado até chegar nesta pesquisa pude constatar que a intensificação da pobreza está cada vez mais espacialmente localizada nos extremos da cidade e, consequentemente, gerando diversos problemas, como por exemplo, os relacionados ao meio ambiente, sendo fundamental perceber qual é o caráter do discurso ambiental em voga e o papel das políticas públicas na produção do espaço urbano na atualidade.

Metodologia

Para se realizar este trabalho foi um levantamento bibliográfico prévio, nas bibliotecas da FFLCH e da FAU da USP, com o intuito de se obter um referencial teórico que balizasse essa pesquisa. Também foram levantados alguns documentos e a legislação que são diretrizes para a ocupação do solo em São Paulo como o Plano Diretor Estratégico de 2002 e o de 2014 e o próprio projeto do parque linear.

O projeto do Parque Linear do Sapé e toda documentação referente a ele foram obtidos em arquivo digital junto a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo (SVMA), em contato pessoal feito diretamente com o Depave (Departamento de Parques e Áreas Verdes), da Prefeitura de São Paulo.

Demais documentos, mapas, imagens e leis utilizados no trabalho foram levantados na internet. Alguns mapas são de elaboração própria, utilizando o software ArcGis e base cartográfica fornecida pelo site GeoSampa (Mapa Digital da Cidade de São Paulo) da prefeitura de São Paulo.

E paralelamente a esse estudo teórico foram feitas visitas a campo para observação da implantação do parque linear, da remoção de parte da favela e da construção dos prédios no lugar. Também foram feitas entrevistas com moradores do local e com frequentadores do parque.

1. Impressões sobre a produção do espaço na cidade de São Paulo

A cidade de São Paulo ao longo do século XX passa por mudanças significativas em sua dinâmica, principalmente como consequência do processo de industrialização iniciado ainda no século XIX. Em um primeiro momento, a cidade está atrelada ao capital comercial, à economia cafeeira que se apropria do espaço criando as primeiras transformações. Em seguida, surge o capital industrial, no fim do século XIX e no decorrer do século XX, que passam a protagonizar as mudanças espaciais que a cidade vem a sofrer neste período.

Esta nova realidade econômica das sociedades modernas irá definir e caracterizar o espaço geográfico das cidades em um processo com dois aspectos: industrialização e urbanismo. Sendo o primeiro atrelado ao processo de reprodução da força de trabalho, se apresentando como indutor das transformações no espaço geográfico das cidades, pois a industrialização não produz apenas empresas, mas sim estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos. Portanto a urbanização segue dentro do processo como o resultado das transformações nas relações de trabalho no âmbito da produção industrial, conforme nos mostra Lefebvre:

Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à cultura. (LEFEBVRE, 2001, p.11)

Entretanto, atualmente podemos observar uma nova dinâmica espacial na cidade de São Paulo. Lencioni (2003) enfatiza uma desindustrialização relativa à alguns bairros da cidade que a faz desenvolver novas funções urbanas, a metrópole passa a se tornar o local da gestão, da tecnologia, dos serviços. Segundo Carlos (2005) essas mudanças estão inseridas no processo de mundialização de São Paulo que evidencia a necessidade da realização do capital de forma espacialmente ampliada, integrando espaços no sistema

mundial ao mesmo tempo em que amplia suas contradições através da deterioração de outros espaços. Trata-se, pois, de uma nova configuração global de um capitalismo em crise em que a produção do espaço está ligada à dinâmica da reprodução social e envolve a produção da sociedade como um todo, redefinindo e incorporando todas as atividades humanas dentro do processo de valorização do capital. Da produção de mercadorias no processo produtivo, dos indivíduos, de representações, signos, relações e, dentro disso, também a produção de um espaço geográfico. O espaço e a sua produção como momento do processo liga-se à dinâmica de produção e reprodução da sociedade, e portanto, aparece como “condição, meio e produto da reprodução social” (Carlos, 2014).

Generaliza-se, assim, a produção do espaço na determinação do ‘mundo da mercadoria’. Trata-se, também, do momento histórico em que a expansão da mercadoria penetra profundamente a vida cotidiana, reorientando-a sob sua estratégia. É quando a propriedade privada invade-a de forma definitiva, redefinindo o lugar de cada um no espaço, numa prática espacial limitada pela norma, como maneira legítima de conseguir acessos diferenciados. (CARLOS, 2014, p. 61)

Portanto, seguindo o pensamento da professora Ana Fani Carlos, o espaço é condição para a existência de um determinado modo de produção, no caso o modo de produção capitalista, e também aparece como produto deste. Desta forma, observamos as mudanças ocorridas na metrópole de São Paulo ligadas a movimentos mais amplos do processo de acumulação do capital, como a indústria e depois as novas demandas relacionadas à acumulação do capital financeiro. Este setor financeiro é um importante instrumento dessa dinâmica e se realiza principalmente através do mercado imobiliário. Sua atuação se dá essencialmente pela valorização do espaço, através de investimentos em áreas já urbanizadas e garantindo a acumulação de capital.

Neste novo momento da economia, destaca-se como central o processo de realização do capital financeiro através da produção do espaço urbano. O Estado tem um papel de intermediador para que essa articulação entre as

frações do capital se viabilize, através da mobilização de alguns fragmentos da cidade. Há quase um século temos essa ligação entre o poder público e o setor privado construindo a cidade de uma forma que o estado crie o arcabouço legal para que essas empresas possam efetivar seus projetos. O Estado ganha força neste processo porque atua como estrategista das políticas espaciais e é detentor das terras e da possibilidade de mobilização para que se possa viabilizar seus projetos urbanísticos, além disso, realiza as desapropriações, redefine investimentos, define parâmetros ambientais, flexibiliza as leis de zoneamento e cria legislação favorável a seus interesses.

Este novo urbanismo ancorado em grandes projetos chamados de revitalização, de instalação de monumentos arquitetônicos, de equipamentos culturais e/ ou esportivos, centros de turismo, conduz à seletividade dos investimentos e dos sujeitos que dele se valem. Assenta-se no discurso de atração de investimentos e superação de crise econômica, de valorização de patrimônio social, de necessidade de preservação ambiental, negando os conteúdos do processo de urbanização que se assenta na existência da propriedade privada da terra e nas determinações da reprodução do capital. (ALVAREZ, 2012, p. 6).

Conforme mencionado por Isabel Alvarez, podemos observar na cidade de São Paulo o setor do mercado imobiliário impondo transformações espaciais na cidade através das parcerias com o poder público, nas 'intervenções urbanísticas' promovidas pelo Estado e na produção de novas centralidades que sejam compatíveis com as novas funções da metrópole mundializada.

Nas intervenções nos bairros, que são cada vez mais frequentes na cidade de São Paulo, observamos um movimento de exclusão da população mais pobre, como consequência há a reprodução da periferia urbana que avança cada vez mais para distante dos centros.

Uma forma em que se efetiva essa exclusão é por meio da desapropriação de casas com a justificativa de novas funções para essas áreas. A partir disso, com o decorrente aumento do custo de vida, acaba levando a

população mais pobre a sair em busca de novas localidades, pois não possuem condições financeiras de se reproduzir dentro dessa nova realidade.

Tanto nas intervenções das regiões centrais quanto na periferia da cidade temos a presença de um discurso de preservação ambiental e qualidade de vida que envolve a construção de parques e praças. Lefebvre (2001) explica que através do direito à natureza que veio a prática social em favor dos lazeres e se constituiu em uma negação dos problemas da cidade, como barulho, concentração e poluição. É nessa perspectiva que o autor coloca a transformação da natureza como valor de troca, em mercadoria. Atualmente a preservação ambiental tem sido uma estratégia para a valorização dos espaços.

Alguns projetos que visam a melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos são baseados no ideal de proporcionar aos cidadãos o direito de realização da vida através do contato com a natureza. Se faz parecer que o poder público se utiliza desse artifício para proporcionar aos habitantes uma melhor qualidade de vida, porém na prática os interesses que estão envolvidos na execução de projetos com essa finalidade vão além, e o que se vê na maioria dos casos é que os interesses do setor privado acabam predominando, e o discurso da sustentabilidade ambiental como premissa de novos projetos urbanísticos vai se fortalecendo.

A importância dada à questão ambiental na atualidade se percebe cada vez mais enquanto um artifício do poder público, aparecendo como estratégias das administrações federais, estaduais e municipais, muitas vezes sendo a justificativa dos projetos a serem executados. A utilização do discurso da preservação ambiental se torna cada vez mais recorrente pois é um tema que encontra pouca resistência em todos os espaços que o discutem. É muito raro se observar ações contrárias a um projeto que tem como principal característica seu caráter ambiental, pois certamente seria bastante criticado por uma suposta falta de interesse na preservação do meio ambiente.

As parcerias entre o poder público e o setor privado foram se intensificando, e desta forma se observa que uma das estratégias criadas pelo setor imobiliário em parceria com o poder público é a de nomear essas

'intervenções' do Estado de acordo com um discurso positivo com o intuito de atribuir a ideia de "regeneração", "renovação", "requalificação" ou "revitalização" urbana. Desta forma, reforça-se o discurso positivo que envolve uma 'qualificação' do espaço urbano, facilitando a viabilidade destas ações.

Este processo de remodelação do espaço urbano com fins de garantir novos processos de acumulação de capital resulta no agravamento das desigualdades sociais. Dentro deste contexto, permeia a ideia de que estas intervenções irão trazer melhorias na qualidade de vida das pessoas que habitam essas áreas em questão, porém nem todas as pessoas que ali estão serão beneficiadas, muitas não terão condições de ficar por causa da consequente valorização imobiliária.

Atualmente, existe uma incessante busca nas cidades por novos espaços cujo uso será readequado através dos interesses do setor privado contribuindo para a reprodução do capital. Carlos (1999) alertou sobre a "raridade" desse espaço e, por isso, da necessidade de produzi-lo. Muitos agentes deste processo tem interesses variados na produção do espaço da cidade, o capital industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, como o mercado imobiliário. Seus interesses muitas vezes são divergentes, e irão influenciar na forma como o Estado agirá sobre o espaço. Com isso, os grupos mais influentes tendem a ter seus interesses melhor atendidos do que os outros.

O setor imobiliário está ligado ao setor financeiro de diversas formas, principalmente através das empresas ligadas à construção, por depender da mobilização de quantias grandes de capital para viabilizar seus empreendimentos. A necessidade de diminuir o tempo de rotação do capital, somado à imobilização do capital no setor imobiliário, é que se dá a aproximação deste setor com o setor financeiro.

A produção do espaço como mercadoria, a cidade produzida como um negócio, traz implicações como um todo. A mercadoria, fundada na contradição entre valor de uso e valor de troca, se coloca de forma homogênea, e o acesso a essa cidade pressupõe a troca e o dinheiro. Logo, em oposição a esse projeto,

temos os moradores dos locais afetados pelas transformações espaciais que foram obrigados a se deslocarem para outras áreas, para os quais o novo projeto de cidade não se coloca de forma benéfica. O uso fica subordinado à troca, e os momentos de reprodução da vida, como o morar, deixam de ser contemplados como prioridade em detrimento das necessidades de acumulação do capital. Porém, a cidade também é o lugar de realização da vida, dos encontros, do uso, da expressão política, das práticas, das possibilidades de sociabilidade, de apropriação coletiva de espaços (Alvarez, 2012), mas que acabam ficando em segundo plano dentro desta lógica.

Muitas pessoas se estabeleceram em determinados locais como única forma de acesso à cidade, muitas vezes em locais pouco valorizados. Porém, quando se tornam uma barreira aos interesses do Estado e da propriedade privada, perdem o direito ao acesso a este local. Dentro deste processo, se observa o tratamento dado às camadas mais pobres da população, que acabam se tornando um empecilho para os interesses do capital privado em parceria com o poder público. Dificilmente estão contemplados nos projetos de "revitalizações" e "requalificações", normalmente a forma como aparecem nesse processo é a de como serão removidos das áreas a serem "regeneradas", poucas vezes estão incluídas como parte beneficiada desses projetos.

2. Localização da área de estudo - O Distrito do Rio Pequeno

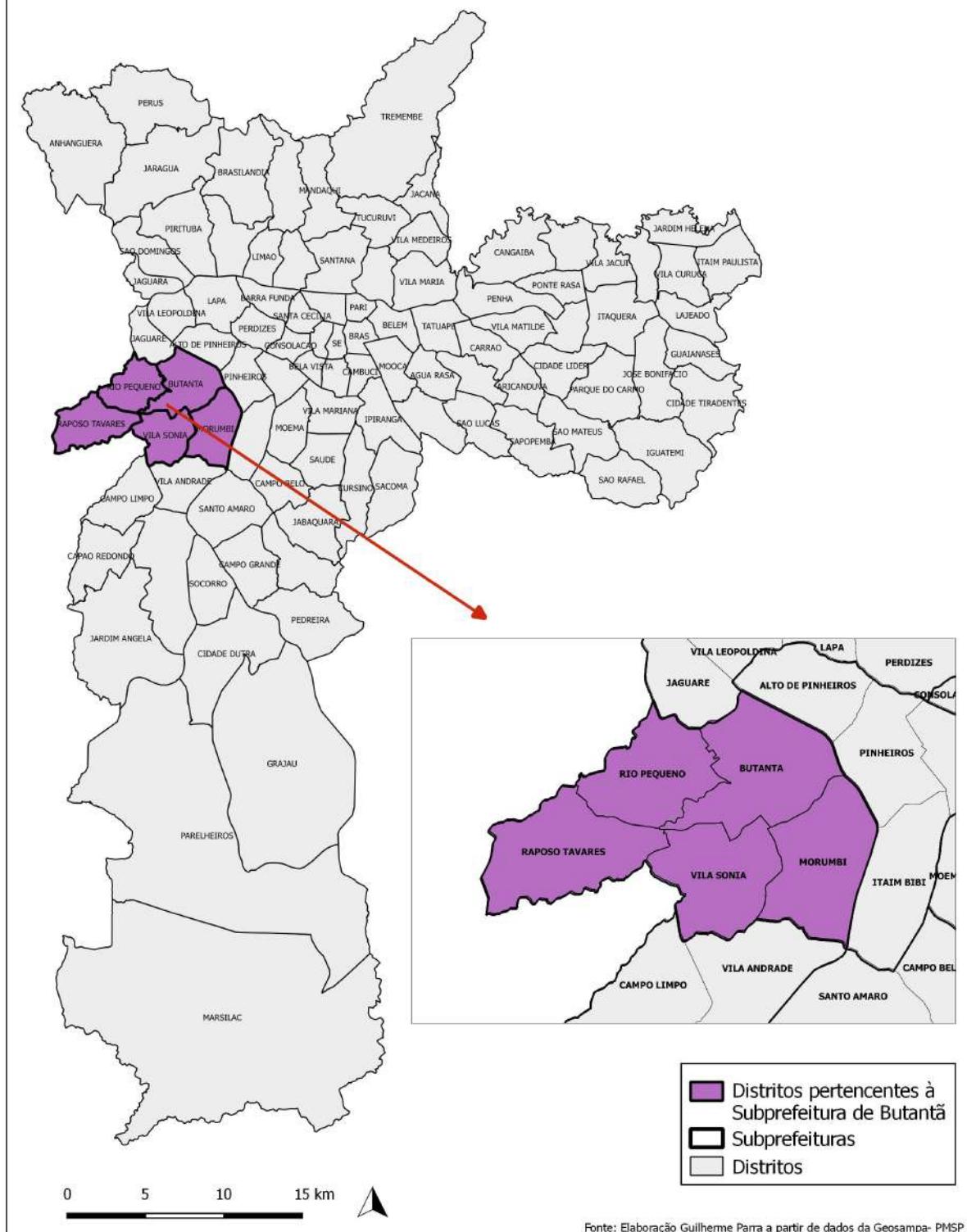
O Parque Linear do Sapé está localizado no distrito do Rio Pequeno, zona oeste da cidade de São Paulo. Distrito é uma divisão administrativa e territorial do município de São Paulo, e o do Rio Pequeno está inserido na Subprefeitura do Butantã, juntamente com os distritos vizinhos do Morumbi, da Vila Sônia, Raposo Tavares e do Butantã. As Subprefeituras foram criadas em 2002, no governo da prefeita Marta Suplicy, em substituição as antigas Administrações Regionais com o intuito de aumentar a autonomia, inclusive financeira, dessas esferas de administração descentralizadas. Em 2017, na atual gestão do prefeito João Dória, a nomenclatura 'Subprefeitura' foi substituída por 'Prefeitura Regional'², de acordo com o site da prefeitura, a ideia é aumentar ainda mais a autonomia e a descentralização dessas administrações.

No entanto, essas divisões e subdivisões territoriais são reconhecidas de outra forma na vida cotidiana dos moradores dessa região, esses distritos se misturam ganhando limites imprecisos e muitas vezes são considerados como integrantes de uma área maior chamada de Butantã. Essa percepção acontece não somente com a população local, mas também através do poder público, um exemplo disso é que o CEU-Butantã (Centro Educacional Unificado do Butantã, administrado pela prefeitura) encontra-se no distrito do Rio Pequeno. Outro exemplo dessa percepção 'macro' do Butantã, desta vez pela iniciativa privada, é o do Shopping Butantã que está localizado no distrito da Vila Sônia.

Segue abaixo um mapa do município de São Paulo com destaque para a subprefeitura do Butantã e seus distritos administrativos:

² A Prefeitura de São Paulo em 2017 justificou a substituição das Subprefeituras pelas Prefeituras Regionais através de uma entrevista do vice-Prefeito Bruno Covas ao próprio site da prefeitura. Disponível em:
(www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/noticias/?p=227932)

Subprefeituras e Distritos Administrativos no município de São Paulo Subprefeitura do Butantã



Essa ideia ‘macro’ também se aplica em relação a história da formação desses distritos. Tudo passa pela formação do Butantã (que se confunde com grande parte dessa área roxa em destaque no mapa acima) dentro da história da cidade de São Paulo, inclusive o distrito do Rio Pequeno, que surge a partir da consolidação e crescimento do Butantã.

Desta forma, nos cabe trazer um pouco da história do Butantã para podermos entender como está atrelado a ela esse processo histórico de formação e ocupação dessa região da cidade. É muito pouco documentada a origem do Butantã, o que se tem na pouca bibliografia a respeito é que as terras correspondentes à atual região do Butantã foram doadas no início do século XVII ao bandeirante português Afonso Sardinha. A região era rota de passagem dos bandeirantes e jesuítas que se dirigiam ao interior do país, onde também na época foi construído por ele um porto às margens do Rio Pinheiros para dar conta do escoamento de produtos pela região oeste da cidade. Após sua morte, as terras foram doadas aos jesuítas da Igreja do Colégio São Paulo, que dividiram a área em diversos sítios, entre eles: sítio Butantã, sítio Rio Pequeno, sítio Invernada Grande ou Votorantim, sítio Campesina ou Lageado e sítio Morumbi. Até meados do século XVIII essas terras ficaram sob posse dos jesuítas, quando foram confiscadas e incorporadas ao patrimônio do estado e depois vendidas a algumas famílias tradicionais, até que em 1915 foram compradas pela Companhia City, que iniciava o processo de urbanização das margens do Rio Pinheiros, fato que será melhor abordado na sequência deste capítulo. A ocupação e urbanização desta região durante o século XX está muito relacionada também com a criação em 1901 do Instituto Butantan e da Cidade Universitária da USP, que foi sendo implantada a partir da década de 1930.

O Butantã representa historicamente o processo de ocupação das terras a oeste do Rio Pinheiros, se destacando pelo papel de interligação entre o centro de São Paulo e as regiões que iam sendo ocupadas na direção oeste da cidade. Por estar situada após o Rio Pinheiros, seu papel foi fundamental para que a cidade crescesse nessa direção, pois o Rio Pinheiros era uma barreira física natural que dificultava a conexão dessa região com as áreas mais centrais

da cidade. Até os dias de hoje, o Rio Pinheiros se apresenta como um gargalo na ligação da cidade, que acontece somente através das pontes instaladas ao longo de seu curso, causando uma limitação na dinâmica de circulação dentro da cidade.

A valorização das terras ao longo do Pinheiros e, depois, para além-Pinheiros se explica com o crescimento da cidade, proporcionando o aparecimento de um lucrativo mercado de terras. Esses fatores produziram a necessidade de se enfrentar as várzeas em seu estado natural, pois com a ocupação humana da região não se poderia mais respeitar o ciclo natural do rio, sua cheia, sua seca e seu curso meandrino em constante transformação. Em decorrência disso uma das propostas apresentadas foram as obras para a retificação do Rio Pinheiros em meados da década de 1920, em um acordo entre o Governo do Estado e a Companhia Light, que ficaria responsável por executar as obras, e que também seria beneficiada com a retificação, pois se viabilizaria no mercado de energia elétrica, fazendo a geração e distribuição de energia através da instalação de suas usinas hidrelétricas na região; além disso, a empresa via no mercado imobiliário uma forma de diversificar e ampliar seus negócios, como nos mostra Odette Seabra abaixo:

...a Companhia Light iniciou seus negócios no Pinheiros, não propriamente pelas obras. Iniciou-os pela compra de vastas propriedades antes mesmo de 1928... (SEABRA, 1987, p.172).

A confirmação da presença da empresa nas obras se deu pelo decreto estadual de 1928 que determinava que a Companhia Light ficaria responsável por "canalizar, alargar, retificar e aprofundar os leitos dos rios Pinheiros e seus afluentes Grande e Guarapiranga, a jusante das respectivas barragens nos municípios de Santo Amaro e da Capital drenando, beneficiando e saneando assim os terrenos situados nas respectivas zonas inundáveis." Cláusula I item B (Seabra, 1987). A realização completa das obras durou mais vinte anos para serem concluídas, somente em 1957 é que o canal do Rio Pinheiros foi transferido definitivamente para a administração pública. Abaixo, segue imagens do processo de transformação no qual o rio foi passando durante esse período.



Rio Pinheiros na década de 1920, antes do inicio das obras de retificação. Fonte disponível no site da Cia. City (ciacity.com.br). Acesso em setembro 2017.



Rio Pinheiros ainda no inicio das obras de retificação em 1940. Fonte disponível no site da Cia. City (ciacity.com.br). Acesso em setembro 2017.



Rio Pinheiros com as obras de retificação em 1941. Fonte disponível no site da Cia. City (ciacity.com.br). Acesso em setembro 2017.

Empresas como a Companhia Light e a Companhia City, de capital estrangeiro, começavam a se interessar por esse novo mercado de terras que surgia nas várzeas do Pinheiros, e por terem influência e proximidade com o poder público seus negócios se viabilizavam cada vez mais. Após as intervenções no Rio Pinheiros muitas empresas apostaram na especulação imobiliária nas várzeas e nas proximidades do rio. O que norteou seus investimentos foi a perspectiva de integração dessas áreas com o núcleo central da cidade, que davam a elas um grande potencial de valorização. Enquanto eram distantes, desconectadas e sujeitas a inundações essas terras podiam ser adquiridas por valores muito baixos e com possibilidade de se obter um retorno muito alto, em longo prazo, à essas empresas pioneras. De acordo com Robson Rocha, em sua dissertação de mestrado:

Foi apenas a partir das intervenções de enorme impacto para retificar o Rio Pinheiros, entre as décadas de 1930 a 1950, que as condições do ponto de vista territorial se tornaram propícias à expansão da urbanização de São

Paulo pelo eixo sudoeste para além do rio. As dificuldades que o Rio Pinheiros impunha à extensão do tecido urbano e a condição de isolamento do Butantã – que começou a ser superada com mais consistência somente após a década de 1950. (ROCHA, 2015, p. 58).



No alegre e saudável bairro - modelo do Butantã, dispondo de arranjo perfeito, precisamente a poucos passos da Avenida Vital Brasil (revestida de concreto), a Companhia City põe hoje à venda bons lotes de terrenos em condições excepcionalmente vantajosas.

Descontos de 20, 25 e até 29%, a todos os clientes que contratarem logo.

Forneecimento gratuito de lâmina.

Forneecimento gratuito de planos para construções (10 tipos diferentes de sobradinhos e casas terrenos, à vontade do comprador.)

Escolha hoje mesmo o seu lote, entre os melhores, para nelle poder facilmente construir a sua casa.

COMPANHIA CITY

A maior organização imobiliária e urbanística da América do Sul, estabelecida em São Paulo desde 1912.
50, LIBERO BADARÓ



de cidade-jardim, ou seja, eram bairros voltados para o ideal de qualidade de vida que remetem alegoricamente a aspectos do campo. Começava assim, a se vender um novo estilo de vida dentro do meio urbano, exclusivamente para quem tinha condições de pagar pela raridade da natureza (ou de seus simulacros) que se tornava cada vez mais escassa com a expansão da urbanização da cidade.

Na foto a seguir é possível se observar a implantação desses loteamentos nos bairros de Alto de Pinheiros e Butantã e o desenho do Rio Pinheiros já retificado separando essas duas partes da cidade. A interligação através de pontes também está visível na foto, com as pontes da Cidade Universitária (bem abaixo na foto), da Eusébio Matoso (centro) e da Cidade Jardim mais ao fundo (acima), seguindo o curso do rio.



Loteamentos dos bairros do Butantã e Alto de Pinheiros em 1950. Fonte disponível no site da Cia. City (ciacity.com.br). Acesso em setembro 2017.

A partir das décadas de 1960 a 1980 começa a se perceber a presença desse 'mosaico de bairros' que passou a constituir essa área maior conhecida como Butantã. Novos loteamentos vão surgindo, muitas vezes distantes uns dos outros, mas que pouco a pouco vão presenciando um rápido preenchimento destes espaços, com a presença de loteamentos para classes mais altas, como também pela ocupação dessas áreas por parte da população mais pobre da cidade, que com a intensificação da industrialização paulista resultou em uma aceleração do fluxo migratório de pessoas de outros estados em busca de trabalho na cidade. Com esse ritmo acelerado, o Butantã tem, já na década de 1970, sua área totalmente integrada ao tecido urbano da metrópole de São Paulo, e essa expansão a sudoeste da cidade se deu de forma tão intensa que a integração se estendeu a outros municípios como Osasco, Taboão da Serra, Embu das Artes e outros. A imagem abaixo mostra esse processo de urbanização consolidado, com destaque para os bairros 'nobres' de Alto de Pinheiros e Butantã (áreas mais arborizadas e com predominância de edificações horizontalizadas) e o Rio Pinheiros os separando.



Bairros de Alto de Pinheiros (no centro e à direita) e do Butantã (do lado esquerdo do rio) em situação de urbanização já consolidada e a presença da ponte Eusébio Matoso (abaixo) em imagem recente de 2014. Fonte disponível no site da Cia. City (ciacity.com.br). Acesso em setembro 2017.

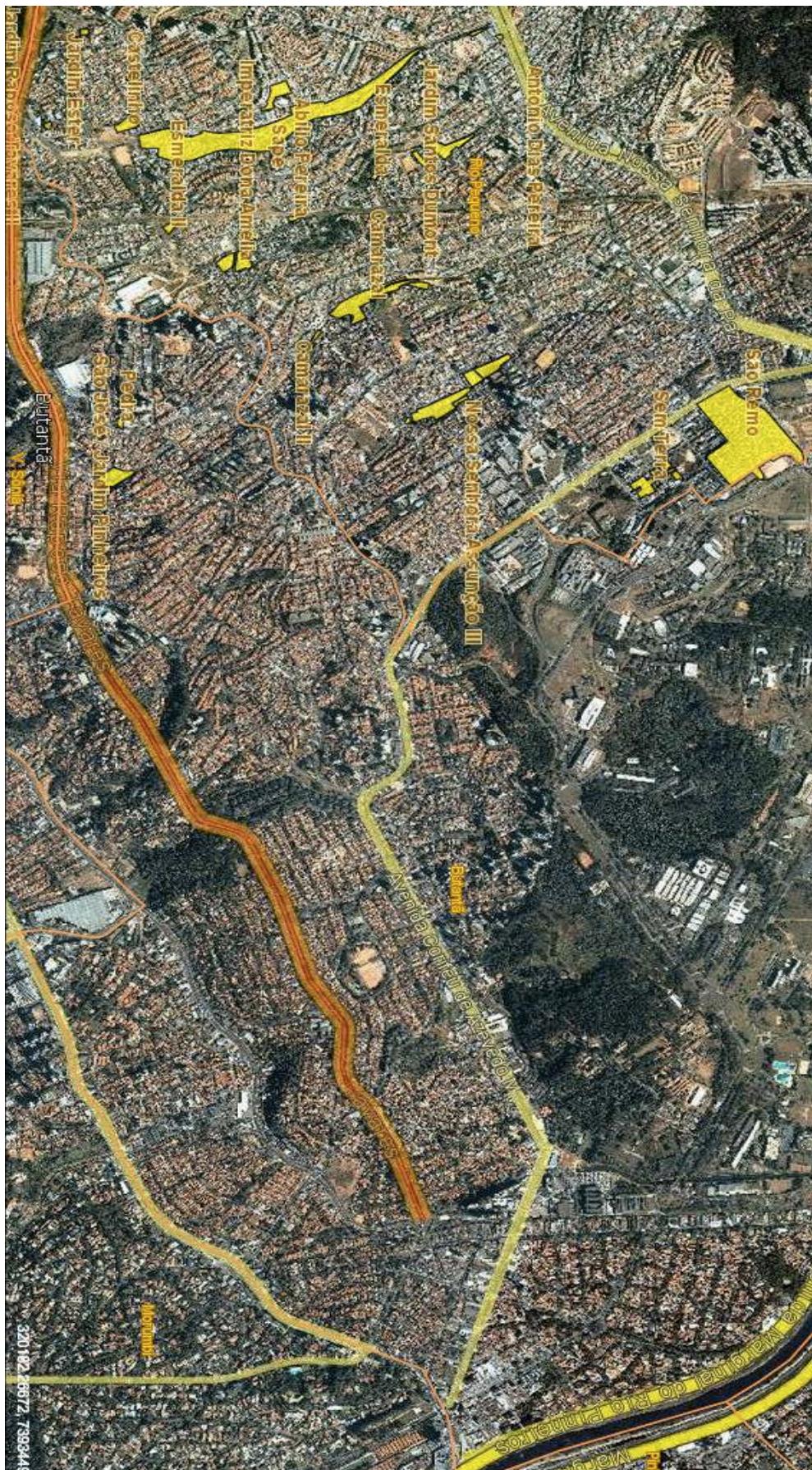
2.1. O surgimento das favelas em São Paulo - A Favela do Sapé

Dentro deste processo de intensa ocupação dessa parte da cidade se observa o surgimento, em meados do século passado, das primeiras favelas da região, nas ‘franjas’ das áreas nobres, planejadas e ajardinadas que ali se instalaram. O crescimento populacional na cidade, desencadeou a expansão da ocupação de áreas mais afastadas do centro, onde se estabeleceu essa população mais pobre que estava em busca de um pequeno espaço de terra para construir suas moradias.

Surge no cenário urbano o que passou a ser designado de ‘periferia’: aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para fazer girar a maquinaria econômica. (KOWARICK, 1979, p. 31)

Segundo Kowarick, o surgimento das favelas é um fenômeno possível de se analisar através da expansão urbana, com seus serviços, infraestrutura, espaços, relações sociais e níveis de consumo. A distribuição espacial da população neste quadro de crescimento caótico reflete a condição social dos habitantes da cidade, e aí que surgem e se expandem os bairros periféricos que, conjuntamente com as favelas, alojam a população trabalhadora. Desta forma a localização da classe trabalhadora passou a seguir os fluxos dos interesses imobiliários, visto que o poder público se mostra incapaz de assegurar formas mais racionais de ocupação do solo, assim se fundamenta uma forma de expansão da cidade que confere grande liberdade de ação aos grupos privados inteiramente voltados para a obtenção do lucro.

Na figura a seguir podemos observar de que forma se apresenta a distribuição espacial das favelas no território de parte da região da subprefeitura do Butantã, já neste século, com o processo de expansão da urbanização consolidado.



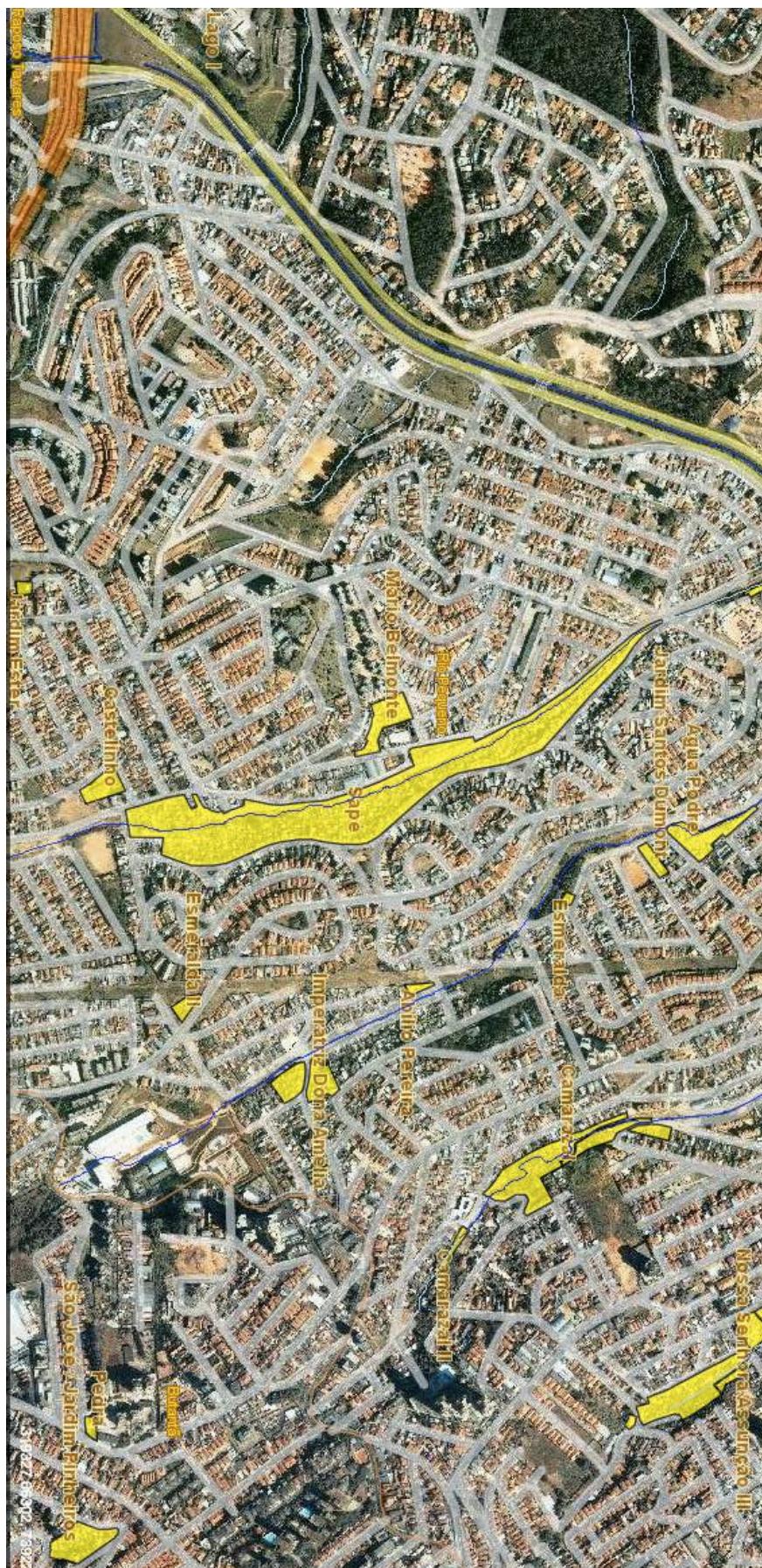
Os polígonos em amarelo representam as áreas das favelas neste recorte da região da subprefeitura do Butantã. Os demais traçados em laranja e amarelo são referentes ao sistema viário.
Escala: 1:20000.
Imagem aérea 2007.
Fonte disponível no site da HABISP (<http://mapab.habisp.inf.br/>). Acesso em setembro de 2017.

É possível notar na imagem que as favelas se situam justamente na área mais periférica, mais distantes do centro, do lado esquerdo da imagem, exatamente onde se encontra o distrito do Rio Pequeno; no centro e no lado direito estão as áreas mais nobres e planejadas, lá se encontra o distrito do Butantã, onde os lotes das casas são maiores e bem arborizados, situados próximos às margens do Rio Pinheiros (representado na parte superior à direita); na parte central superior está a Cidade Universitária da USP e na parte inferior à direita está o distrito do Morumbi, com seus lotes planejados e também muito arborizados.

A favela do Sapé surge dentro deste contexto mencionado acima, segundo o site da Habisp³ o inicio da ocupação do Sapé foi em 1962. A favela ocupa às margens do Córrego do Sapé, que é um afluente do Ribeirão Jaguaré, que por sua vez deságua no Rio Pinheiros. O limite norte da bacia do Jaguaré é também o limite do município de São Paulo, fazendo divisa com o município de Osasco, cujas áreas de seus municípios estão inteiramente conurbadas, interligadas e intensamente conectadas.

A figura a seguir nos mostra que a favela do Sapé é uma das maiores da região, sua área total é de 83.289,10 m² e abrigou no seu auge aproximadamente 2500 famílias, sua ocupação se deu em áreas de propriedade mista (particular e pública). Sua ocupação acompanha o curso do Córrego do Sapé, tendo sua presença nos dois lados de suas margens. Por esse motivo o poder público alegou que optou por remover a favela e implantar um parque linear no local, com o intuito de preservação ambiental da área. A implantação do parque e seus desdobramentos é o que será abordado na sequência deste trabalho.

³ Portal criado pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). É um sistema criado pela secretaria que está hospedado atualmente no site HabitaSampa (habitasampa.inf.br) com o intuito de fornecer dados para a administração pública municipal relacionados à política habitacional.



Ao centro da imagem, o polígono maior em amarelo é a área referente à favela do Sapé, com o traçado do córrego do Sapé dividindo sua área. Os demais polígonos são das outras favelas da região. Escala: 1:10000. Imagem aérea 2007. Fonte disponível no site da HABISP (<http://mapab.habisp.inf.br/>). Acesso em setembro de 2017.

3. Parques Lineares - A legislação como ponto de partida

Para nos ajudar a entender o processo de implantação dos parques lineares na cidade de São Paulo é interessante se observar a legislação que foi criada nas últimas décadas para se tratar dos problemas decorrentes da urbanização das cidades brasileiras e que serviram como parâmetro para as ações do poder público, culminando em projetos e leis cujo caráter estão relacionados à relação da sociedade com a natureza nos restritos espaços dos territórios urbanos.

Um novo conjunto de leis que tratam de situações relacionadas ao intenso processo de urbanização pelo qual o país passou nos últimos cinquenta anos (atualmente 84,4% da população brasileira vive nas cidades - segundo o Censo 2010 do IBGE⁴), tendo como base a constituição federal de 1988, resultou em novas diretrizes para as políticas urbanas, passando a abordar os impactos ambientais nas cidades. Dentre elas, destaco uma lei federal de 2001 que teve impacto direto nos municípios brasileiros, é a lei número 10.257/2001 denominada de Estatuto da Cidade⁵. Seu teor foi discutido com a sociedade civil e a partir disso foram formuladas diretrizes que vieram, posteriormente, balizar projetos de intervenções urbanísticas nas grandes cidades brasileiras, incluindo ações relacionadas à preservação ambiental nos territórios urbanos, como se pode observar no trecho retirado da lei a seguir:

O Estatuto da Cidade estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. (Lei número 10.257/2001, Parágrafo único).

⁴ Dados disponíveis no site do Ibge (<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>)

⁵ A publicação da lei está disponível no site da Casa Civil da Presidência da República (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)

Uma das principais diretrizes contidas no Estatuto da Cidade foi a de transferir para os municípios a responsabilidade da criação e implementação de planos diretores participativos, então, a partir desta lei, ficou definido que é obrigatório que cidades com mais de vinte mil habitantes e/ou integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas deverão criar seus próprios planos diretores.

Desta forma, seguindo a orientação do Estatuto da Cidade, o Município de São Paulo cria em 2002, durante o mandato da prefeita Marta Suplicy, seu Plano Diretor Estratégico⁶ (Lei número 13.430/02), que tem como alguns dos seus objetivos:

Definir as políticas públicas do Município e seu plano urbanístico-ambiental, a preservação e recuperação do ambiente natural, elevar a qualidade de vida da população, particularmente no que se refere à saúde, à educação, à cultura, às condições habitacionais, à infraestrutura e aos serviços públicos, de forma a promover a inclusão social, reduzindo as desigualdades que atingem diferentes camadas da população e regiões da cidade, além de elevar a qualidade do ambiente urbano, por meio da preservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico. (Trecho da lei número 13.430 de 2002).

É neste Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2002 que surge a ideia da criação de parques lineares para diminuir os impactos ambientais gerados pela intensa ocupação do território da cidade, como se pode constatar no trecho da lei que prevê ações estratégicas para a gestão da política ambiental.

Implantar parques lineares dotados de equipamentos comunitários de lazer, como forma de uso adequado de fundos de vale, desestimulando invasões e ocupações indevidas. (Art. 57, item II).

É neste contexto, portanto, que os parques lineares passam a fazer parte das políticas públicas e se tornam uma importante ferramenta de

⁶ A publicação do PDE de 2002 está disponível no site da Prefeitura de São Paulo (http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/b9e06_Lei_N_13.430-02_PDE.pdf)

intervenção urbanística para o poder público. São criadas diretrizes para que a implantação dos parques ocorra, como podemos ver no artigo 106 do PDE, no qual se institui o Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'Água e Fundos de Vale que tem como objetivo "promover transformações urbanísticas estruturais e a progressiva valorização e melhoria da qualidade ambiental da cidade, com a implantação de parques lineares contínuos e caminhos verdes a serem incorporados ao Sistema de Áreas Verdes do Município", contando com um conjunto de ações e com a participação dos proprietários, moradores, usuários e investidores em geral, sob a coordenação do executivo municipal.

Apesar de constar na lei que deverá conter a participação popular no processo de criação dos projetos dos parques lineares, o que se constata na maioria dos casos é que esse tipo de participação integrada entre poder público, sociedade civil e capital privado dificilmente ocorre como deveria, e é algo que, em todas as esferas, precisa avançar para que decisões como essas sejam mais representativas e democráticas em relação aos interesses das partes envolvidas em um projeto que afeta a sociedade como um todo. Em sua dissertação de mestrado, Mariana Corrêa traz essa constatação em relação ao levantamento que ela fez sobre a implantação dos parques lineares em São Paulo.

É importante destacar que, entre os parques lineares concluídos e em funcionamento no município de São Paulo, nenhum é fruto de processos de participação popular, o que evidencia o grau e a importância da evolução dessa prática, como estratégia prioritária de um poder público que de fato se mostrasse comprometido com a produção de uma cidade mais humana e democrática. (CORRÊA, 2014, p. 96).

Esses processos evidenciam as diferentes expectativas e os conflitos de interesses entre a população envolvida, os órgãos públicos e os empreendedores e representantes do mercado imobiliário que tenham interesse na região da intervenção.

No caso do Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'Água e Fundos de Vale, por exemplo, existe no texto da lei um item que evidencia a

existência de uma preocupação para que o setor imobiliário seja contemplado. Está no artigo 107, item II que prevê "ampliar os espaços de lazer ativo e contemplativo, criando progressivamente parques lineares ao longo dos cursos d'água e fundos de vales não urbanizados, de modo a atrair, para a vizinhança imediata, empreendimentos residenciais". Esse tipo de intervenção de 'qualificação' do espaço promove uma valorização do espaço urbano, os valores da propriedade da terra tendem a se elevar, portanto atende diretamente aos interesses do mercado imobiliário, o que dificulta a presença, no local da intervenção, de uma população de mais baixa renda.

Em 2014, o município de São Paulo elaborou um novo Plano Diretor Estratégico⁷, sob a gestão do prefeito Fernando Haddad, nele se mantém a preocupação com as políticas voltadas para a manutenção e preservação do meio ambiente. Os parques lineares, que no ano de 2014 já eram uma realidade na cidade, permanecem contemplados pela lei, como se pode observar no artigo 25, item II que prevê "ampliar os parques urbanos e lineares para equilibrar a relação entre o ambiente construído e as áreas verdes e livres e garantir espaços de lazer e recreação para a população." Desta forma, se observa que a ideia de recuperação da rede hídrica continua sendo um recurso recorrente nas políticas públicas voltadas ao meio ambiente urbano. Neste PDE municipal de 2014 há a presença do Programa de Recuperação de Fundos de Vale, que apesar de ter o nome mais curto segue diretrizes parecidas com o Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'Água e Fundos de Vale do PDE de 2002, como demonstra o atual artigo 272, que prevê "intervenções urbanas nos fundos de vales, articulando ações de saneamento, drenagem, implantação de parques lineares e urbanização de favelas." A criação dos parques lineares segue vinculada a este programa.

⁷ A publicação do novo PDE está disponível no site da Prefeitura de São Paulo (<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Plano-Diretor-Estratégico-Lei-nº-16.050-de-31-de-julho-de-2014-Texto-da-lei-ilustrado.pdf>)

3.1. Da concepção dos parques lineares

A construção dos Parques Lineares surge como resultado da formulação de políticas voltadas a preservação do meio ambiente do município de São Paulo oriundas do começo deste século. Na concepção destes parques se observa o foco na recuperação da rede hídrica como elemento estruturador da urbanização e da preocupação com a ocupação do seu entorno, visando compatibilizar o uso do solo com a proteção das águas, restaurando a lógica ambiental da bacia hidrográfica. Seu conceito traz a tentativa de recuperação das áreas de várzea e a implantação de uma infraestrutura verde de recuperação ambiental e de lazer.

O discurso do Estado é voltado para o aprimoramento da qualidade ambiental e da ocupação pela população das áreas ao longo da rede hídrica, prevendo principalmente uma menor poluição das águas dos rios e córregos, além da ampliação de áreas verdes permeáveis visando a diminuição das enchentes e a ampliação de espaços de lazer para os cidadãos.

Entretanto, a degradação dos recursos hídricos representa um modelo de urbanização negligente do ponto de vista socioambiental. Córregos contaminados, extensas áreas de várzea ocupadas por favelas, ausência de uma rede de coleta e tratamento de esgotos que atenda à totalidade da população e a situação de risco e precariedade em que vivem as pessoas que ocupam as margens dos córregos são alguns dos exemplos dessa negligência. A política de implantação dos parques lineares tem entre seus objetivos tentar reverter essa situação.

E para se construir um parque linear, o principal requisito é que ele se localize às margens de um curso d'água, porém na cidade de São Paulo, estas áreas que não deveriam ser ocupadas acabam sendo a única opção disponível para uma população que não tem outro lugar para morar, e lá acabam ocupando e construindo suas moradias, sem nenhuma infraestrutura básica e na maioria das vezes em áreas de risco.

O poder público não consegue resolver este problema, não apresenta nenhuma opção mais digna para essas pessoas e ao mesmo tempo sofrem pressão dos moradores do entorno que vêm essas ocupações como algo negativo e que desvaloriza seus imóveis.

Diante desta situação, o poder público percebeu que uma forma de resolver este problema é retirar essas ocupações e construir no lugar áreas verdes e equipamentos de lazer, desta forma, encontrariam menos resistência para a retirada desses moradores e ao mesmo tempo atenderiam a pressão das classes mais altas do entorno e dos interesses do setor imobiliário trazendo valorização e possibilidade de novos negócios.

É importante lembrar que em determinadas regiões da cidade, não é somente uma população mais pobre que ocupa essas áreas, mas também uma população com mais recursos cujos lotes foram regularizados pelo poder público local ao longo da história da cidade, desconsiderando as leis que proíbem a ocupação dessas áreas de preservação permanente (APP's). Inclusive, no novo Código Florestal Brasileiro (Lei Federal número 12.651, de 25 de maio de 2012) foi instituída as Áreas de Preservação Permanente Urbanas que “consistem em espaços territoriais legalmente protegidos, ambientalmente frágeis e vulneráveis, podendo ser públicas ou privadas, urbanas ou rurais, cobertas ou não por vegetação nativa.” Neste trecho abaixo, referente à essa lei 12.651/2012 é possível verificar um de seus objetivos:

A manutenção das APP em meio urbano possibilita a valorização da paisagem e do patrimônio natural e construído (de valor ecológico, histórico, cultural, paisagístico e turístico). Esses espaços exercem, do mesmo modo, funções sociais e educativas relacionadas com a oferta de campos esportivos, áreas de lazer e recreação, oportunidades de encontro, contato com os elementos da natureza e educação ambiental (voltada para a sua conservação), proporcionando uma maior qualidade de vida às populações urbanas, que representam 84,4% da

população do país. (Retirado do site do Ministério do Meio Ambiente⁸).

No caso específico do Parque Linear do Sapé, o fundo de vale se encontra ocupado com usos conflitantes, limitando o avanço do projeto de implementação do parque. Este modelo de implementação de parques lineares está dentro do contexto do Programa 100 Parques para São Paulo⁹ criado pela Prefeitura de São Paulo em 2008, na gestão do prefeito Gilberto Kassab, baseado nas diretrizes do PDE municipal de 2002. Nesse programa, os parques são considerados peças-chave de um processo de valorização espacial. Neste contexto tem-se um grande investimento do estado no seu planejamento e execução, o que fez a cidade dar um grande salto em número de parques na última década. Em 2003 havia em torno de 30 parques no município, sendo que nenhum era da categoria linear. Em 2014 a cidade já contava com 103 parques municipais¹⁰, um aumento significativo, 16 deles são lineares, saindo de 15 milhões de metros quadrados de áreas de parques municipais para cerca de 45 milhões de metros quadrados, boa parte deles foram provenientes de desapropriações.

Segundo o site da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) os parques lineares tem o intuito de “respeitar as áreas de APP, evitar ocupação em áreas de risco, ajudar no combate às enchentes, ser uma opção de cultura e lazer para a população do entorno, além de recuperação das margens do

⁸ Disponível no site do Ministério do Meio Ambiente, acessado em setembro de 2017: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/areas-de-protecao-permanente>

⁹ Informações sobre o programa está disponível no site da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA):
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/programa_100_parques/?p=22322

¹⁰ Dado retirado do Guia dos Parques Municipais de São Paulo – 4^a edição atualizada e revisada de 2014, elaborado pela SVMA, disponível em:
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/guia-parques-municipais.pdf

córrego do local". O programa cita que a melhoria da qualidade de vida através da expansão de áreas verdes é uma iniciativa que agrupa todos os segmentos da sociedade. E que a construção de parques em São Paulo visa esse salto de qualidade na vida da população da cidade. Mas quando nos deparamos com a realidade vemos que nem todo o conjunto da população é beneficiada com essas melhorias, já que a parcela mais pobre dessas pessoas acabam sendo retiradas das áreas 'requalificadas'. Portanto, a 'qualidade de vida' que as políticas públicas frequentemente exaltam, é restrita apenas para parte da população que tem condições de se manter nas áreas que se valorizam depois das obras de intervenção.

Conforme dito anteriormente neste trabalho, a participação popular na formulação dos projetos dos parques lineares em São Paulo não ocorreu como deveria. Fato, este, que pode ser constatado na constituição dos conselhos gestores dos parques municipais¹¹. Está previsto que farão parte desses conselhos, integrantes da sociedade civil, funcionários do parque e integrantes do poder executivo. No caso do Parque Linear do Sapé esse conselho ainda não foi constituído. Segundo o site da SVMA deverá ocorrer a eleição para se constituir o conselho gestor do parque no dia 28/10/2017, porém o parque já está construído e foi entregue em 2009, ou seja, somente oito anos depois de implantado está prevista a eleição do conselho que deveria ter papel fundamental em todas as decisões que envolvem o parque.

¹¹ De acordo com a SVMA, "os Conselhos Gestores dos Parques Municipais foram criados em 2003 para garantir a participação popular no planejamento, gerenciamento e fiscalização das atividades que ocorrem nos parques. O objetivo é envolver a comunidade na discussão das políticas públicas de forma consultiva, com enfoque nas questões socioambientais". Disponível em:
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/conselhos_gestores/index.php?p=40498

4. A implantação do Parque Linear do Sapé

A implantação do Parque Linear do Sapé dividiu-se em duas etapas. A primeira fase (implantação do parque linear) foi concluída em 2009 e situa-se entre a Rua Maria Rita Balbino (trecho mais à jusante do córrego do Sapé) e a Rodovia Raposo Tavares (área mais à montante). A segunda etapa (fase 2) teve início em 2010, quando começou a urbanização da favela do Sapé na área de fundo de vale densamente ocupada.

Na segunda fase, cerca de 1.500 famílias foram removidas das áreas identificadas como irregulares ou as mais precárias e insalubres. Nessas áreas, as habitações foram demolidas, dando espaço para a construção de edifícios de habitação popular, porém somente 600 dessas famílias foram realocadas nesses novos conjuntos habitacionais, por enquanto. Atualmente os prédios já estão prontos e ocupados, porém as obras no entorno ainda continuam, como pode ser observado na foto abaixo.



Área urbanizada da favela com os prédios de habitação popular entregues e obras de pavimentação sendo realizadas no entorno. Foto: Guilherme Parra, 2017.

A área total do Parque já implantado (fase 1) é de 34.462 m² e o projeto foi executado pelo Depave (Departamento de Parques e Áreas Verdes) da SVMA em conjunto com a subprefeitura do Butantã. Com relação ao macrozoneamento, a área encontra-se na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana (definição presente no PDE municipal), subdividida em Macroárea de Qualificação da Urbanização, que tem como objetivo promover a convivência mais equilibrada entre a urbanização e a conservação ambiental, e prevê a construção de parques lineares como um dos pontos de equilíbrio.



Nesta imagem podemos ver as duas fases de implantação das obras. A fase 1 em amarelo, do Parque Linear, concluída em 2009. A fase 2 em vermelho, área da favela, em imagem de 2009 antes do início das obras de urbanização da favela. Fonte: SVMA.

A área que engloba o parque linear e a favela do Sapé ficou definida como ZEIS 1 (Zonas Especiais de Interesse Social), de acordo com as diretrizes do PDE municipal de 2002, que a define como “áreas caracterizadas pela presença de favelas, loteamentos irregulares e empreendimentos habitacionais de interesse social, e assentamentos habitacionais populares, habitados predominantemente por população de baixa renda, onde haja interesse público em manter a população moradora e promover a regularização fundiária e urbanística, recuperação ambiental e produção de Habitação de Interesse Social”.

Muitas famílias removidas e que não foram contempladas com os apartamentos novos estão amparadas pelo auxílio aluguel¹², ou bolsa-aluguel, que segundo o morador da região, Sr. Manoel¹³, com o valor que as pessoas recebem do auxílio não é possível alugar nenhuma casa na região. Ele disse que a maioria dessas pessoas estão tendo muita dificuldade para encontrar um lugar para morar e que tem uma parte delas que a Prefeitura está realocando em outros conjuntos de habitação social em outros bairros. O córrego Água Podre, que também se encontra no Rio Pequeno, e que está passando por um processo de urbanização semelhante ao do Sapé, está recebendo algumas dessas famílias. O Sr. Manoel também disse que existe uma possibilidade de haver mais desapropriações de duas quadras ao lado da rua dele, para que se construam mais unidades habitacionais, mas não há nenhuma confirmação de que isso vá mesmo acontecer, ele mesmo não acredita que isso será feito tão cedo.

Uma parte das construções originais da favela foi mantida entre os dois trechos em que foram implantados as novas unidades habitacionais (vide imagens abaixo), que ocupam as áreas de onde foram removidas as habitações mais precárias. Com isso, a relação dessa população remanescente no local

¹² Programa da Prefeitura de São Paulo que prevê auxílio em torno de R\$ 400,00 por mês para famílias em área de risco, ou removidas de frente de obras públicas ou por determinação judicial.

¹³ Manoel, 76 anos, mora há 25 anos no bairro, sua casa é em frente aos novos prédios construídos, na Rua Maria Rita Balbino.

com o processo de urbanização da área mantém-se hostil, apesar das melhorias que área teve, como a pavimentação das vielas e escadarias e a regularização do abastecimento de água.



Novos conjuntos habitacionais lado a lado com as remanescentes moradias da favela. No centro nota-se a presença do córrego e do playground para crianças, incluído no projeto do parque linear (fase 2). Foto: Guilherme Parra, 2017.



Os novos edifícios e ao mesmo tempo a permanência de moradias originais da favela, e o córrego do Sapé canalizado ao centro, ainda não incorporado como um elemento da paisagem, apenas presente como um obstáculo. Foto: Guilherme Parra, 2017.

Em relação ao parque linear entregue em 2009 (fase 1), ele dispõe dos seguintes equipamentos: 2 quadras poliesportivas, campo de futebol, pista de skate, pista de caminhada, playground, aparelhos para ginástica, iluminação, lixeira. Consta, de acordo com a SVMA, que existe uma sede administrativa (conforme quadro¹⁴ abaixo). Porém eu não a vi nas minhas visitas a campo, e perguntando aos frequentadores, ninguém soube me informar onde ela estaria, ou seja, mesmo que ela exista, não é visível e não aparece para a população como ponto de referência da administração do parque.

¹⁴ Presente no relatório de avaliação pós-implantação dos parques lineares no município de São Paulo. Fonte: SVMA (2013).

Departamento de Planejamento Ambiental

PARQUES LINEARES IMPLANTADOS ATÉ 2012

Instalações Físicas de Apoio

PARQUE LINEAR	Sede Adm.	Bebedouro		Sanitário p/ Funcionário	Sanitário Público	Sanitário com Acessibilidade	Iluminação
Água Vermelha	Não	Não		Não	Não	Não	Sim
Aricanduva	Não	Não		Não	Não	Não	Não
Barragem	Sí	Sí	1 unidade	Sí	Sí	Sí	Sim
Canivete	Não	Não		Não	Não	Não	Sim
Castelo	Sí	Não		Não	Sí	Sí	Não
Fogo	Não	Não		Não	Não	Não	Sim
Guaratiba	Sí	Sí	5 unidades	Sí	Sí	Sí	Sim
Itaim Paulista	Não	Não		Sí	Não	Não	Sim
Mongaguá	Sí	Sí	1 unidade	Sí	Sí	Sí	Sim
Nove de Julho	Não	Sí	6 unidades	Não	Sí	Sí	Sim
Parelheiros	Não	Não		Não	Não	Não	Sim
Praia do Sol	Sí	Sí	1 unidade	Não	Sí	Sí	Sim
Rapadura	Não	Não		Não	Não	Não	Sim
São José	Sí	Sí	2 unidades	Sí	Sí	Sí	Sim
Sapé	Sí	Não		Não	Não	Não	Sim
Tiquatira	Sí	Sí	1 unidade	Sí	Sí	Não	Sim

De um modo geral, a infraestrutura do parque implantado é mínima e bem precária. Nas entrevistas com os moradores e frequentadores é um consenso entre eles dizer que o parque está praticamente abandonado. A frequentadora Silvana¹⁵ disse que não existe manutenção, que a única coisa que a Prefeitura faz de vez em quando é “cortar o mato”. Não tem segurança, a iluminação é precária, ela disse que passeia com seu cachorro todos os dias lá, mas que nunca vai depois que anoitece, porque é perigoso, tem muito assalto, pessoas de moto passam roubando celular, além da presença de pessoas usando drogas que se intensifica à noite, segundo ela.

A impressão transmitida pelos entrevistados é que depois de implantado, o parque não teve mais cuidado por parte da prefeitura. Como disse o morador Elton¹⁶, “eles fizeram o parque e nunca mais apareceram”. A sensação é de abandono, as quadras estão deterioradas, quebraram as cestas de basquete, cortaram parte da cerca da quadra. Segundo ele, tinha um

¹⁵ Silvana, 40 anos, mora no bairro há 20 anos, é frequentadora diária do parque para fazer caminhadas com seu cachorro, sua casa está a algumas quadras dali.

¹⁶ Elton, 58 anos, mora no bairro há 30 anos. Sua casa é em frente ao parque e ele o frequenta diariamente, principalmente para passear com seu cachorro.

bebedouro, mas alguém quebrou, e agora não tem mais. Ele disse que apesar da prefeitura não fazer a parte dela, as pessoas do bairro não ajudam a manter a qualidade do espaço, “tudo que é colocado, as pessoas quebram”.

Nas minhas visitas a campo, a primeira vez em 2014 e depois em 2017, tive impressão parecida com a dos entrevistados. Pude perceber que a infraestrutura implantada era a mesma, mas se apresentava mais deteriorada, tive a mesma sensação de abandono. Na verdade, antes de pensar em fazer este trabalho, eu já tinha passado por lá algumas vezes, e minha impressão inicial era de que se tratava de uma praça com alguns equipamentos, como quadra e pista de skate. Somente depois de saber da existência do parque linear e ver o projeto de urbanização como um todo, pude ver o parque de outra forma.

Na foto aérea abaixo é possível ter um panorama mais amplo da implantação da fase 1 do parque.



De um lado o conjunto de quadras, pistas de skate e caminhada juntos, e do outro lado da rua (mais acima na foto) o campo de futebol de terra, separado do restante do parque. E a presença do Córrego do Sapé canalizado, após passar por baixo do parque, indo em direção à favela do Sapé (acima e à direita da imagem). Fonte: Site da Prefeitura (www.prefeitura.sp.gov.br/). Acessado em agosto 2017.

A infraestrutura do parque é básica. Não tem banheiros, nem bebedouros, não se vê funcionários trabalhando no parque, nem os da parte administrativa, nem os da segurança (segundo a SVMA existem 4 funcionários) e nem os da limpeza e manejo (segundo a SVMA existem 5 funcionários). Os equipamentos que existem estão sem manutenção, os aparelhos de ginástica tem partes de madeira apodrecidas, as quadras estão com piso danificado e sem pintura, a pista de skate tem rachaduras, a pavimentação da pista de caminhada tem buracos e piso solto, e em algumas partes a vegetação necessita de poda.

Nas fotos a seguir é possível fazer um comparativo da situação do estado de conservação do parque em 2014 e agora em 2017.



No caso das quadras poliesportivas, em 2014 já havia degradação, porém ainda estavam presentes as tabelas de basquete, em 2017 elas já haviam sido quebradas e retiradas, inclusive a estrutura de ferro da cesta que vem do chão havia sido removida. São quadras muito pouco utilizadas para esporte, elas são mais utilizadas pelos cachorros em seus passeios, e por ser frequentemente ocupada por uma feirinha da madrugada, segundo um morador local.



Na pista de skate é visível a degradação do piso, com muitas rachaduras, além da vegetação que foi avançando para dentro da pista, ou seja, a falta de manutenção em geral.



No caso do córrego do Sapé é curioso observar que ele foi tamponado na implantação do parque linear, na área em que foi construído a sua infraestrutura de lazer, o que é contraditório segundo as diretrizes do próprio PDE municipal, pois os parques lineares, em teoria, buscam justamente a recuperação e a integração dos corpos hídricos à paisagem urbana.



Parte tamponada e canalizada do córrego do Sapé. Na parte de cima da foto é possível ver os aparelhos para ginástica e a quadra poliesportiva ao fundo, pertencentes ao parque linear.

Foto: Guilherme Parra, 2017.

Por se tratar de um parque linear, o seu projeto deveria ter sido pensado no sentido de incluir o córrego aberto na paisagem local, incentivando, desta forma, a integração e uma melhor relação da população com os cursos d'água da cidade.

Antes da construção do parque, o córrego passava descoberto por ali, segundo relatos dos entrevistados, aquela área, anteriormente, era um terreno abandonado, onde as pessoas jogavam entulho e lixo, a apropriação do espaço que existia antes era através do descarte desses itens, e da presença de pessoas consumindo e vendendo drogas, ou seja, não era um local onde as pessoas gostavam de passar perto.

Outro ponto importante em relação ao Córrego do Sapé é que ele foi um dos cursos d'água do município contemplados pelo Programa Córrego Limpo¹⁷, do Governo do Estado, desenvolvido pela Sabesp, em parceria com a Prefeitura de São Paulo. Este programa começou a ser executado no córrego do Sapé em 2007 e foi concluído em 2009. O trecho saneado, mais a montante do córrego, conta com os coletores devidamente implantados. O problema é que ao longo do seu curso d'água, os efluentes não tratados são lançados diretamente no córrego, impedindo que ele se mantenha limpo, além do fato de que muito lixo é jogado no córrego diretamente pela população, como é possível de se observar nas imagens a seguir:

	
<p>Efluente não tratado sendo lançado diretamente no Córrego do Sapé. O mau cheiro de esgoto é sentido ao longo do córrego, onde há o parque linear e a urbanização da favela.</p>	<p>Presença de muito lixo e aspecto de abandono, fato constante ao longo do córrego. Há também objetos grandes jogados na água .</p> <p>Fotos: Guilherme Parra, 2017.</p>

¹⁷ Segundo a Sabesp, o programa contempla ações para ampliar a coleta e tratamento dos esgotos gerados nas bacias hidrográficas dos córregos urbanos de São Paulo, trabalhos de manutenção e educação ambiental. (site.sabesp.com.br/).

Apesar de todos os pontos negativos levantados neste capítulo, a impressão geral que os entrevistados revelaram é de que com a implantação do parque linear e a urbanização da favela houve uma melhoria significativa na região, todos disseram preferir o bairro como está agora em relação ao período anterior às obras, pois de uma forma geral, segundo eles, a segurança melhorou comparativamente, e aumentaram as opções de lazer. Além disso, segundo um frequentador do parque, a sociabilidade aumentou bastante também, pois agora apesar dos problemas citados referentes à qualidade do parque implantado, as pessoas o frequentam, se encontram e se apropriam socialmente do espaço, cada um da sua forma.

Segundo relatos desse mesmo frequentador, as pessoas acabam se apropriando, inclusive, de forma particular da área do parque. Alguns o utilizam como depósito, assim como faz um morador que é proprietário de um galpão em frente ao parque, ele guarda todos os seus objetos (“sucata”, segundo ele) lá, porém não cabe tudo dentro de seu terreno e então, ele utiliza uma parte da área do parque para guardá-los (como é possível ver na foto abaixo). Outra utilização particular do parque é através da feirinha da madrugada, que é feito por um grupo de pessoas que se apropriam de uma das quadras poliesportivas para realizarem o seu comércio de produtos, mesmo sem autorização para tal, e para melhorarem o acesso à feira, eles ainda cortaram uma parte lateral da cerca da quadra, para que haja entrada de pessoas pelos dois lados da quadra.



Objetos deixados em frente ao parque por um dos moradores. Algumas das peças estão em cima do gramado ao lado da pista de caminhada.

Foto: Guilherme Parra, 2017.

Esses são alguns dos exemplos de como se dá a apropriação social do espaço em uma região onde há uma escassez de todos os serviços públicos, além da pouca presença dos agentes públicos em geral, que não são ‘perceptíveis’ como em outras regiões mais centrais e valorizadas da cidade. Outro aspecto que deve ser abordado é como essa intervenção urbanística proporcionou uma valorização do espaço no entorno do parque.

De acordo com um dos entrevistados que mora em frente ao parque, houve uma nítida valorização do preço dos imóveis após a efetivação do parque linear (fase 1). Essa requalificação paisagística despertou o interesse no mercado imobiliário que passou a investir na área. Segundo ele, a maioria das casas que estão na rua principal em frente ao parque, mudaram radicalmente. Antes eram “casebres abandonados” de aspecto deteriorado, que deram lugar à casas novas, recém construídas, conforme é possível ver nas imagens abaixo:



À direita está o parque linear, à esquerda as novas construções que modificaram o perfil das moradias da região do entorno do parque. Foto: Guilherme Parra, 2017.



Casa recém construída e à venda, na Rua Dr. Sampaio Freire, de frente para o parque linear.

Foto: Guilherme Parra, 2017.

Desta forma, podemos perceber que a execução dessas políticas urbanístico-ambientais proporcionaram a valorização do espaço urbano, 'requalificando' a área, mudando o perfil das moradias e consequentemente 'expulsando' antigos moradores do bairro, ou seja, no caso específico da urbanização do Sapé constatamos que parte da população que habitava a favela não permanecerá por lá, a maior parte dos moradores que tiveram suas casas removidas está sendo direcionada a outras regiões da cidade, ou ficarão na dependência de um auxílio-aluguel da prefeitura que é insuficiente para que elas permaneçam no bairro. No caso da implantação do parque linear também se constatou que antigos proprietários de casas e de terrenos mais degradados do entorno também não estão mais por lá, dando lugar à novas construções. E isso ocorreu apesar da pouca qualificação observada nas obras de implantação do parque, como visto nesta pesquisa, mas mesmo assim houve uma valorização imobiliária do seu entorno com a mudança da paisagem.

Considerações Finais

O processo de criação dos parques lineares apresenta aspectos contraditórios que demonstram como se dão as relações sociais de produção com a finalidade de generalização do mundo da mercadoria em detrimento da reprodução da vida. Compreende-se a produção do espaço como uma condição para a sociedade se reproduzir enquanto tal, pois é no espaço em que as relações sociais se materializam, como explica Ana Fani Carlos:

Ao longo do processo civilizatório, o homem se produz enquanto ser humano e social a partir de uma dupla relação: com a natureza de um lado, com os homens de outro. Desse modo, o meio ambiente urbano deve ser analisado enquanto produto da história do homem no seu processo de constituição, transformando, suplantando ou mesmo acusando danos irreparáveis à natureza. (CARLOS, 1994, p. 75).

Contudo, a cidade é pensada por técnicos que trabalham nos órgãos públicos e por políticos que exercem o poder através de uma perspectiva distante da realidade da população menos favorecida, possuem uma percepção apenas racionalizada da situação. Entretanto, é a população mais pobre que está imersa na real vivência cotidiana dos problemas que os afligem, porém na maioria dos casos, ficam de fora do processo de se pensar a cidade, poucas vezes são consultados para exporem suas opiniões e participarem de debates em relação aos projetos que irão afetar diretamente a dinâmica de suas próprias vidas e sua relação com o local onde habitam. Sobre isso, a professora Isabel faz a reflexão a seguir:

O urbanismo se constitui numa ilusão e numa ideologia uma vez que os urbanistas não partem das práticas urbanas para desvendar a cidade, mas de uma representação da cidade, negando-a enquanto produto social e, através do discurso tecnocrático, disseminam a impressão de que são realmente capazes de controlar a cidade, especialmente o que é considerado nefasto nela (a

sujeira, as doenças, a degradação) criando o novo, o belo e promissor. (Alvarez, 2012, p. 3).

Ou seja, o poder público atua na maioria das vezes como um intermediário entre os interesses do capital privado e a população local, porém o que se observa é a atuação do poder público agindo para viabilizar os negócios do capital privado, desconsiderando a maior parte dos interesses da população. Conforme abordado neste trabalho, há a presença do discurso ambiental sendo utilizado como ferramenta de convencimento da população que será afetada por estas ações, e esse discurso apresentado de forma positiva ajuda a viabilizá-las.

Desta maneira, são também nesses lugares que a natureza se apresenta como elemento degradado, fruto do processo histórico da produção capitalista do espaço da metrópole e a partir disso tornam a própria natureza uma "nova raridade" (Lefebvre, 1999) passível de ser negociada, justamente como uma mercadoria escassa no mercado, ou mesmo se torna uma estratégia de reprodução do espaço na metrópole. Ana Fani Carlos aponta que o discurso ecológico no meio ambiente urbano "afasta-se da questão centralposta pelo desenvolvimento da sociedade urbana - a crise urbana - inventando o anti urbano, criando a cidade desumana. Com isso perde-se o sentido da obra do homem" (Carlos, 1994).

Por outro lado, o discurso dos movimentos ecológicos é o de defesa da preservação da natureza, e que a destruição da natureza é obra exclusivamente do homem. Diante da força deste discurso, grande parte do empresariado brasileiro passou a adotar nas últimas décadas uma nova postura em relação a este tema, o de 'desenvolvimento sustentável', mas que na realidade é uma forma de se utilizar desse discurso ecológico para se manter o processo de reprodução capitalista do espaço, porém aparentando se adequar às exigências de 'obrigatoriedade' de se preservar a natureza. Ou seja, se utilizam da 'preocupação ecológica' para realizarem o processo de valorização do capital,

como se pode observar na colocação da professora Ana Fani Carlos, mostrando uma das formas de utilização desse discurso:

O discurso ecológico apresenta uma concepção idealizada da natureza contraposta à cidade e inventando o anti-urbano. Isso vem a calhar. Como o processo de reprodução do espaço urbano, fundamentalmente nas metrópoles, tem quase eliminado as áreas vazias e esgotado o processo de verticalização, os empreendedores vêm cada vez mais sendo obrigados a limitarem suas ações às áreas periféricas à mancha urbana, com isso tem surgido o 'subúrbio jardim', os loteamentos de alto luxo. (CARLOS, 1994, p. 77).

Entretanto, se olharmos somente do ponto de vista ambiental, é inegável que algumas áreas da cidade não devem ser ocupadas pela população, por serem frágeis geologicamente, colocando a vida das pessoas em risco, ou por conter uma parte remanescente da vegetação de Mata Atlântica, bioma original do município, que foi intensamente devastada com a ocupação do homem. Desta forma, a criação de parques lineares parece ser algo que realmente vai ajudar nesse processo de preservação e ainda há o benefício de poder ser utilizado pela população como áreas de lazer, que são escassas na cidade, principalmente nas periferias. Mas quando essa solução entra em conflito com problemas maiores, como habitação popular e pessoas em condições de vulnerabilidade e sem opções de buscarem condições melhores para se viver, isso se torna algo que merece outro tipo de abordagem. Ou seja, é um fragmento de cidade imerso no processo histórico, concreto e contraditório de reprodução do espaço da metrópole.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. O urbanismo como discurso e prática da produção capitalista do espaço. Belo Horizonte. UFMG. 2012.

BURGOS, Rosalina. Parques públicos urbanos na metrópole paulistana: concepção e uso na produção do espaço urbano. Dissertação de Mestrado em Geografia. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CARLOS, Ana Fani. O meio ambiente urbano e o discurso ecológico. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, 1994.

CARLOS, Ana Fani; DAMIANI, A.L.; SEABRA, O.C.L. (orgs.). O espaço no fim do século: a nova raridade. Editora Contexto, São Paulo, 1999.

CARLOS, Ana Fani; A Reprodução da Cidade como Negócio. In: CARLOS, A.F.A.; CARRERAS, Carles, (orgs.). Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole, Editora Contexto, São Paulo, 2005.

CARLOS, Ana Fani. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico; In: CARLOS, A.F.A; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. (orgs.). A produção do Espaço: Agentes e processos, escalas e desafios, Editora Contexto, São Paulo, 2014.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. O direito à Cidade. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LENCIOMI, Sandra, Uma nova determinação do Urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, A.F.A.; LEMOS, A.I.G. (orgs). Dilemas urbanos. Editora Contexto. São Paulo. 2003.

MIGLIACCI, Marcella Carmona Wahl Rontani. Os parques lineares na dinâmica do espaço urbano na periferia - o caso do Parque Linear do Córrego do Rio Verde em Itaquera. Dissertação de Mestrado em Geografia. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ROCHA, Robson Edgar. A verticalização no Butantã e o avançar de uma nova fronteira. Dissertação de Mestrado em Geografia. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SEABRA, Odette Carvalho de L. Meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Geografia. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SOARES, Mariana Corrêa. Parques Lineares em São Paulo: uma rede de rios e áreas verdes que conecta lugares e pessoas. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Documentos

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Institui o Estatuto da Cidade, 2001.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Institui o novo Código Florestal Brasileiro, 2012.

SÃO PAULO. Lei nº 13.430, de 13 de Setembro de 2002. Institui o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, 2002.

SÃO PAULO. Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA). Departamento de Planejamento Ambiental (Deplan). SANCHÉZ, Solange F. Silva (coord.). Relatório de Avaliação Pós-Implantação dos Parques Lineares no Município de São Paulo, 2002-2012. São Paulo, 2013.

SÃO PAULO. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Revisão do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, 2014.

SÃO PAULO. Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA). Guia dos Parques Municipais de São Paulo - 4ª edição atualizada e revisada, São Paulo, 2014.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Subprefeitura do Butantã - Histórico, São Paulo, 2012.